

Fratricídio e omissão: as margens do Brasil em Euclides da Cunha

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos (IFPB, Campus Monteiro)

E-mails: adaylson.vasconcelos@ifpb.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 8.00.00.00-2 Linguística, Letras e Artes.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; fratricídio; omissão estatal; espaços periféricos; exclusão social; identidade nacional.

1. Introdução

A Guerra de Canudos, como Euclides da Cunha tão pungentemente revela em *Os Sertões* (1902), não foi apenas um episódio de repressão, mas um verdadeiro fratricídio nacional: um crime perpetrado pelo Estado brasileiro contra parte de seu próprio povo. O massacre de Canudos, levado a cabo pelo Exército da República, resultou na aniquilação quase total de uma comunidade que, longe de representar ameaça real à ordem republicana, lutava apenas por sua sobrevivência em meio ao esquecimento e à miséria. Euclides, inicialmente alinhado aos ideais republicanos e à crença no progresso civilizatório, viu-se transformado pelo horror do que testemunhou: homens, mulheres e crianças degolados, lares destruídos, um povo exterminado em nome de uma modernidade que não os reconhecia como parte legítima da nação. O autor, em sua *magnum opus*, não hesita em nomear o massacre como um crime em toda a acepção da palavra, denunciando a barbárie cometida sob o pretexto da civilização, quando, na Nota Preliminar, afirma: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (Cunha, 2016, p. 11).

A gravidade desse fratricídio se revela não apenas na destruição física da comunidade de Canudos, mas também na destruição simbólica de um Brasil profundo, plural e resistente. A violência do Estado, ao aniquilar Canudos, elimina também possibilidades alternativas de existência e de organização social, sufocando vozes dissonantes que poderiam enriquecer o projeto nacional. A República nascente, ao invés de abraçar a diversidade e buscar integrar as múltiplas realidades brasileiras, optou por impor, à força, um modelo hegemônico de civilização, calcado em valores excludentes e na negação da diferença. Assim, o episódio de Canudos não é apenas um trauma histórico, mas um sintoma das dificuldades estruturais do Brasil em lidar com suas próprias margens, em reconhecer e valorizar a pluralidade de seus sujeitos históricos.

Esse fratricídio, retratado com indignação e precisão jornalística por Euclides, expõe a face sombria do Estado brasileiro, capaz de mobilizar todos os seus recursos — canhões, dinamite, metralhadoras — para esmagar aqueles que viviam à margem do projeto nacional. O sertão, até então esquecido e negligenciado pelas instituições centrais, só conheceu a presença efetiva do Estado na forma de violência e extermínio (Ventura, 2003). Como observa o próprio autor, a ausência histórica do poder público nas regiões periféricas foi abruptamente substituída por uma presença brutal, que nada trouxe de benéfico aos sertanejos, mas apenas destruição e morte. Canudos, assim, tornou-se símbolo do abismo que separa o centro e as margens do Brasil, revelando o quanto o Estado pode ser omissivo diante das necessidades de seu povo, mas implacável quando decide impor sua autoridade.

A discussão sobre a presença do Estado nas regiões periféricas, como o sertão, revela uma dinâmica paradoxal: enquanto a omissão e o abandono marcam o cotidiano dessas populações, a intervenção estatal, quando ocorre, frequentemente se dá sob a forma de violência, repressão e destruição. O Estado, que deveria ser agente de integração, desenvolvimento e proteção, aparece como força de exclusão e de aniquilamento, incapaz de dialogar com as especificidades locais e de promover políticas públicas que respeitem as realidades regionais. Esse padrão de atuação revela uma profunda incompreensão das elites dirigentes quanto à complexidade do território brasileiro e reforça a perpetuação de desigualdades históricas, consolidando um Brasil fragmentado, onde as margens são vistas como entraves ao progresso, e não como parte constitutiva da identidade nacional.

Essa lógica de exclusão e esquecimento, que marca o sertão, também se faz presente na Amazônia, como Euclides da Cunha evidencia em *A margem da história* (1909). Ao percorrer a vastidão amazônica, o autor depara-se novamente com a omissão do Estado, que se manifesta não mais na forma de violência aberta, mas no abandono, na ausência de políticas públicas e na invisibilidade das populações locais. A Amazônia, tal como o sertão, é apresentada como um espaço à parte, um território de riquezas naturais e de profunda miséria humana, onde o Estado se faz ausente e as populações permanecem à margem do desenvolvimento nacional. Para Euclides, a omissão estatal não é apenas uma falha administrativa, mas um traço estrutural da formação do Brasil, responsável por perpetuar a exclusão de milhões de brasileiros do projeto de nação (Oliveira, 2002).

A análise da Amazônia, nesse sentido, amplia a crítica euclidiana ao revelar que o problema da exclusão não está restrito ao sertão, mas se estende por todo o território nacional, atingindo diferentes regiões e populações. A invisibilidade dos amazônidas, sua exclusão das políticas de desenvolvimento e sua marginalização no imaginário nacional evidenciam a persistência de um modelo de Estado que privilegia o centro em detrimento das periferias. Essa postura não apenas aprofunda as desigualdades regionais, mas também compromete a construção de uma

identidade nacional verdadeiramente plural e inclusiva. Ao denunciar a omissão estatal, Euclides da Cunha convoca o leitor a repensar o papel do Estado e a urgência de políticas que reconheçam e valorizem a diversidade do Brasil, promovendo a integração efetiva de todos os seus cidadãos.

Dessa forma, a análise das obras *Os Sertões* (1902) e *À margem da história* (1909) permite compreender como o fratricídio de Canudos e a negligência diante dos espaços periféricos denunciam as contradições mais profundas do Estado brasileiro. Em vez de integrar e proteger, o poder central frequentemente se volta contra seus próprios filhos ou os abandona à própria sorte, como exemplifica o silêncio diante dos seringais, que, segundo o próprio Euclides, eram “a mais criminoso organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo” (Cunha, 1999, p. 13), criando um Brasil fragmentado, onde o pertencimento pleno é privilégio de poucos. É a partir dessas margens, desses espaços de dor e resistência, que Euclides da Cunha nos convida a repensar o significado da nacionalidade e a urgência de um projeto verdadeiramente inclusivo para o país.

Ao trazer à tona essas discussões, este estudo busca contribuir para o debate sobre a construção do espaço nacional, ressaltando a necessidade de reconhecer as vozes e experiências daqueles que historicamente foram relegados à condição de sujeitos marginais. Só assim será possível construir um Brasil mais justo, plural e solidário, capaz de superar as feridas do passado e de acolher, em sua totalidade, a riqueza e a complexidade de seu povo.

2. Materiais e métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, tendo como principal objeto de estudo as obras *Os Sertões* (1902) e *À margem da história* (1909), de Euclides da Cunha. Inicialmente, procedeu-se à seleção, leitura e análise criteriosa dessas obras, priorizando trechos que abordam o fratricídio de Canudos, a atuação do Estado e a situação das populações marginalizadas no sertão e na Amazônia. Para ampliar a compreensão do contexto histórico e literário, foram consultados também estudos críticos e ensaios de autores consagrados, como Hardman (1996, 2005), Ventura (1996, 2003), Zilly (2002) e Galvão (org., 2016), entre outros, compondo o referencial teórico que fundamenta a análise.

O método adotado foi o da pesquisa histórica e interpretativa, com ênfase na análise textual e na contextualização dos discursos presentes nas fontes primárias. Os procedimentos incluíram a identificação dos principais eixos temáticos nas obras euclidianas, a comparação entre diferentes momentos e espaços retratados pelo autor e a articulação desses dados com a produção crítica selecionada. A análise buscou evidenciar como Euclides da Cunha constrói, por meio de sua narrativa, uma denúncia do fratricídio nacional e da omissão estatal perante os espaços periféricos, ressaltando as implicações dessas questões para a formação do imaginário nacional. Todo o processo foi pautado pela busca de rigor, clareza e reprodutibilidade, de modo a permitir que outros pesquisadores possam compreender e, se desejarem, replicar a metodologia empregada.

3. Resultados e discussão

A análise das obras *Os Sertões* (1902) e *À margem da história* (1909) revela, de maneira contundente, o quanto Euclides da Cunha constrói uma denúncia vigorosa contra o fratricídio cometido pelo Estado brasileiro em Canudos. Em sua narrativa, o autor não apenas descreve os acontecimentos com precisão jornalística, mas também imprime uma carga ética e emocional que transforma o episódio em símbolo maior da violência institucionalizada. O massacre de Canudos, ao ser caracterizado por Euclides como um crime em toda a acepção da palavra, assume dimensões paradigmáticas: representa a incapacidade do Estado de reconhecer a alteridade e de promover a integração de seus próprios cidadãos. O sertanejo, longe de ser apenas vítima, emerge como figura de resistência, cuja destruição evidencia a face excludente do projeto republicano.

No desenvolvimento de sua crítica, Euclides da Cunha evidencia que a presença do Estado nas regiões periféricas, quando ocorre, é marcada pela brutalidade e pela repressão, em contraste com a histórica negligência e abandono. O sertão, por muito tempo esquecido pelas políticas públicas e pela atenção das elites, só se torna alvo de intervenção estatal quando este decide impor sua autoridade pela força, como se observa no episódio de Canudos. Essa dinâmica revela um padrão de atuação que se repete em outras regiões do país, especialmente na Amazônia, onde a ausência de políticas efetivas resulta em exclusão social e econômica. Assim, a análise evidencia que o Estado brasileiro, ao invés de ser agente de inclusão, frequentemente reforça as divisões e desigualdades históricas.

Ao comparar as situações do sertão nordestino e da Amazônia, nota-se que, apesar das diferenças geográficas e culturais, ambas as regiões compartilham o destino de serem espaços marginalizados e invisibilizados pelo poder central. Em *À margem da história* (1909), Euclides da Cunha amplia sua denúncia ao retratar a Amazônia como território de abandono, onde a omissão estatal perpetua a precariedade das condições de vida e o isolamento de seus habitantes. A narrativa euclidiana, ao trazer à tona essas realidades, contribui para a compreensão das raízes profundas da exclusão social no Brasil, mostrando que a violência e o esquecimento são faces de uma mesma moeda no trato com as periferias nacionais.

Por fim, os resultados da análise apontam para a atualidade das reflexões de Euclides da Cunha, especialmente no que diz respeito à construção do espaço nacional e à necessidade de um projeto verdadeiramente inclusivo. Ao denunciar o fratricídio de Canudos e a omissão diante dos espaços periféricos, o autor antecipa debates que permanecem relevantes no Brasil contemporâneo, como a luta por reconhecimento, justiça social e integração das regiões historicamente marginalizadas. A obra euclidiana, ao articular literatura, história e crítica social, permanece

como referência fundamental para o entendimento das contradições brasileiras e para a busca de caminhos que superem a fragmentação e promovam a inclusão efetiva de todos os sujeitos no imaginário e na realidade da nação.

A fortuna crítica reforça e aprofunda essas leituras. Zilly (2002) destaca que a obra de Euclides da Cunha constrói uma simbologia nacional em um contexto de tensões entre o projeto de Estado nacional e as dinâmicas transnacionais da civilização moderna. Para Zilly, a tragédia de Canudos evidencia o paradoxo de um Estado que, ao buscar afirmar sua unidade e modernidade, recorre à violência contra seus próprios cidadãos, sacrificando valores civilizatórios em nome de um suposto interesse nacional. Esse movimento, segundo o autor, revela a fragilidade do pacto nacional e a permanência de conflitos internos que desafiam a construção de uma identidade verdadeiramente plural e inclusiva.

Hardman (1996, 2005) e Ventura (1996, 2003) também contribuem para a compreensão da dimensão trágica e crítica da obra euclidiana. Hardman observa que a narrativa de Euclides é marcada por uma “brutalidade antiga”, em que a história nacional se constrói como uma sucessão de ruínas e de projetos civilizatórios fracassados, sempre ameaçados pelo retorno do caos e da barbárie (Hardman, 1996). Em sua leitura sobre a Amazônia, Hardman ressalta o esquecimento e a ruína como marcas da presença estatal, que, ao invés de promover a integração, perpetua a marginalização (Hardman, 2005). Ventura, por sua vez, enfatiza a revisão crítica da República presente em Euclides, que, ao testemunhar e interpretar os rumos do novo regime, denuncia suas contradições e limites, especialmente no que diz respeito à inclusão das regiões periféricas e de seus habitantes (Ventura, 1996). Essas leituras, ao dialogarem com a obra euclidiana, evidenciam a atualidade e a força de sua denúncia, convidando à reflexão sobre os impasses históricos e as possibilidades de superação das desigualdades no Brasil.

5. Considerações finais

A análise das obras *Os Sertões* (1902) e *À margem da história* (1909), à luz da fortuna crítica de autores como Zilly, Hardman e Ventura, evidencia que Euclides da Cunha constrói uma denúncia contundente sobre o fratricídio estatal e a persistente omissão diante dos espaços periféricos do Brasil. Sua escrita, marcada por um olhar agudo sobre a violência institucional e o abandono, revela que tanto o sertão quanto a Amazônia são territórios onde o Estado falha em promover a integração e o reconhecimento de seus habitantes como sujeitos plenos da nacionalidade. Ao transformar Canudos em símbolo do abismo entre o centro e as margens, Euclides antecipa discussões fundamentais sobre cidadania, justiça social e a necessidade de um projeto nacional verdadeiramente inclusivo.

Diante desse quadro, as reflexões euclidianas permanecem atuais e desafiadoras. Elas nos convocam a repensar o papel do Estado e a urgência de políticas que superem a lógica da exclusão, reconhecendo a pluralidade e a complexidade do Brasil profundo. Ao dar voz aos sujeitos marginalizados e denunciar as contradições do poder central, Euclides da Cunha oferece não apenas um diagnóstico das feridas históricas do país, mas também um convite à construção de caminhos que promovam a inclusão efetiva e a valorização das múltiplas identidades que compõem o espaço nacional.

Além disso, ao revisitar as ruínas de Canudos e os silêncios da Amazônia, Euclides da Cunha nos lembra que a história brasileira é, em grande parte, feita de esquecimentos e de resistências. O reconhecimento das margens como espaços de potência e não apenas de carência exige um esforço contínuo de revisão crítica do passado e de abertura para o diálogo com as diferenças. Assim, a obra euclidiana permanece como um farol para a reflexão sobre o Brasil, inspirando novas gerações a enfrentar os desafios da exclusão e a lutar por um país mais justo, plural e verdadeiramente democrático.

Referências

- CUNHA, E. da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. Fortuna crítica: vários autores. Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016.
- HARDMAN, F. F. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.
- HARDMAN, F. F. *Revolta* – na planície do esquecimento: a grande falha amazônica. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. *Cadernos de Literatura Brasileira: Márcio Souza*. Vol. 19. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2005, p. 96-117.
- OLIVEIRA, R. de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002.
- VENTURA, R. Euclides da Cunha e a república. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.
- VENTURA, R. [Roberto Ventura, 2003]. In: CUNHA, E. da. *Os Sertões*. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. Fortuna crítica: vários autores. Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 675-676.
- ZILLY, B. *Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional*. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. *Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de Os sertões*, nos 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 340-359.